

**LJ
00564**

**INSTITUTO DE COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO
(INSTITUTO CEPA)**

**PROGRAMA DE APOIO À
PEQUENA PRODUÇÃO NO
ESPÍRITO SANTO
TERMO DE REFERÊNCIA**

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

**LJ 00564
6034/84**

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA



630.98252
B 59 P

DOAÇÃO

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES BIBLIOTECA	
NÚMERO	DATA
6034	07/02/84

INDICE	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO	2
2. PROPOSTA GERAL DE TRABALHO	5
2.1. OBJETIVOS	5
2.2. METODOLOGIA	6
2.2.1. Roteiro das Fases de Elaboração	7
3. PROPOSTAS ESPECÍFICAS DE TRABALHO	10
3.1. CUSTOS PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO DA ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO <u>OLÉ</u> RÍCOLA	10
3.2. CRONOGRAMA FÍSICO	11
3.3. CUSTOS E CRONOGRAMAS FÍSICOS PARA AS DEMAIS ÁREAS DE PEQUENA PRODUÇÃO	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26

ANEXO:

MAPA DO ESPÍRITO SANTO COM A INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE
PEQUENA PRODUÇÃO A SEREM ESTUDADAS

A elaboração dos diagnósticos relativos ao Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), que tem como objetivo geral o estudo das cinco Regiões-Programas do Espírito Santo, visando uma nova regionalização para o Estado a partir do entendimento das formas concretas da produção de cada cultura com o fim de intervenção, identificou, especialmente, a partir de municípios ou grupamento deles, formas específicas de pequena produção que, caso não sejam priorizadas no sentido de apoiar sua reprodução e desenvolvimento, lamentavelmente deixarão de cumprir seu importante papel social, seja ao nível dos pequenos produtores nelas incrustados, como das populações urbanas (principalmente as da baixa renda) por elas beneficiadas.

A questão da pequena produção volta à tona trazendo em seu bojo inúmeras e complexas facetas que, ao longo dos últimos anos, passaram a constituir-se em objetos de preocupações, por parte dos estudiosos do assunto, técnicos e/ou autoridades governamentais em seus mais diferentes níveis. Essa preocupação tem recentemente aumentado, em função do período crítico em que o País encontra-se envolvido.

Não pode ser focalizada apenas como um problema econômico, no que concerne aos aspectos de posse e uso da terra, oferta e demanda de alimentos e outras matérias-primas; e nem somente pelo lado social, no que diz respeito às relações entre os homens. Existe também a dimensão política da questão, não apenas porque envolve o exercício do poder e as políticas oficiais de alocação de recursos, mas também por

que afeta uma grande parcela da população.

Os relatórios regionais preliminares das quatro Regiões-Programas, relativos ao PDRI, mostraram que, na totalidade do território estadual, os mini e pequenos produtores normalmente estão abandonados à sua própria sorte, nem sempre dispondo das mínimas condições para o bom êxito e continuidade de suas atividades produtivas. Poder-se-ia enumerar os seguintes bloqueios, como os mais importantes:

- a) Condições naturais adversas - excesso de precipitação, períodos de estiagem, irregularidade topográfica no estabelecimento, alto índice de erosão, etc.;
- b) Hegemonia do capital comercial - normalmente o intermediário impede a plena realização da produção do pequeno agricultor;
- c) Dificuldade em se ter acesso ao crédito - daí a alta incidência do crédito informal sob várias formas; no geral, o "emprestador" de recursos e o capital comercial são personificados na figura do grande comerciante local;
- d) Falta de infra-estrutura básica - saúde, educação, estradas vicinais e eletrificação rural constituem o quadro tradicional da difícil equação que é a realidade sócio-econômica dos agricultores envolvidos na pequena produção no Estado do Espírito Santo.

De nada adiantarão profundos e bem elaborados diagnósticos, programas tecnicamente perfeitos e bem intencionados, a existência dos recursos financeiros e humanos em condições de operacionalizá-los, se realmente não houver um ato decisivo que possibilite sua execução.

Esse ato decisivo caracteriza-se como uma opção política em termos de adoção de uma linha programática que, realmente, provoque mudanças estruturais e não apenas reflitam medidas paternalistas que, ao longo do tempo, só contribuirão para o agravamento da questão ora apresentada.

Neste sentido, o Governo do Estado do Espírito Santo já externou claramente seu posicionamento, ao consagrar como uma das diretrizes básicas da Secretaria de Estado da Agricultura a prioridade efetiva no atendimento ao mini e pequeno produtores.

O convênio ora proposto pretende abrir um espaço, no sentido de mostrar uma análise objetiva das realidades a serem estudadas, não com o fim meramente acadêmico, mas apontando, sobretudo, para suas necessidades mais emergenciais, assim como indicando possíveis pistas de intervenção.

2.

PROPOSTA GERAL DE TRABALHO

2.1. OBJETIVOS

A proposta ora apresentada prevê o estudo nas áreas de pequenas produções de:

- a) mandioca, no Norte do Estado (abrangendo os municípios de Montanha, Conceição da Barra, Pinheiros, Boa Esperança e São Mateus);
- b) pimenta-do-reino (município de São Mateus);
- c) banana (nos municípios de Guarapari, Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Piúma e Rio Novo do Sul);
- d) mandioca, no Sul do Estado (Presidente Kennedy e Itapemirim); e
- e) olerícolas (nos municípios de Conceição do Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Domingos Martins, Santa Leopoldina, Afonso Cláudio, Itarana, Itaguaçu, Santa Teresa e Castelo).

O objetivo geral do estudo é obter subsídios para a definição de uma programação que realmente privilegie essas pequenas produções em suas respectivas áreas de ocorrência mais expressiva.

Tem, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- . melhorar o nível de conhecimento acerca de cada pequena produção contemplada, levando em conta suas peculiaridades e

- especificidades, conforme cada área de ocorrência e região onde se insere;
- . identificar as principais necessidades de infra-estrutura de apoio e de serviços, viabilizando a seleção de planos que respondam aos estrangulamentos dos processos produtivos ou aprimoramento das produções.

2.2. METODOLOGIA

Primeiramente, entende-se por área, neste documento, um espaço físico, normalmente representado por um conjunto de municípios, onde a atividade econômica dominante está, via de regra, associada a outras atividades, refletindo a forma geral de reprodução daquela economia.

Uma vez que essas áreas foram identificadas sob a ótica da organização da produção, nos diagnósticos elaborados pelos Planos Regionais de Desenvolvimento Integrado, buscar-se-á agora a dinâmica interna a cada área de pequena produção e suas articulações com o espaço maior que as cerca (Região) e com o exterior.

Essa tentativa terá como balizas os seguintes pontos:

- . Processo Produtivo - que engloba as relações homem-natureza, estrutura fundiária, uso do solo e relações de trabalho;
- . Processo de Realização da Produção - análise das cadeias de intermediação, singularidades do mercado e formas específicas de subordinação da produção a diferentes frações do

capital, além dos pontos de estrangulamento enfrentados para a realização da produção;

- . Organização Social - análise das formas de organização das classes produtoras, aí incluindo a atuação de sindicatos, associações, cooperativas, etc;
- . Intervenção no Estado - que permeará toda análise acima explicitada.

Para a análise das áreas identificadas pensa-se, inicialmente, na utilização de informações e dados secundários, baseados nas estatísticas dos censos agropecuários e demográficos de 1980, do IBGE, combinados à pesquisa direta com técnicos de empresas e organismos locais envolvidos com essas pequenas produções.

Muito embora se pretenda estudar as áreas de pequenas produções de mandioca, pimenta-do-reino, banana e olerícolas, o trabalho seria inicialmente desenvolvido com esta última, em função da importância desta exploração no que toca ao abastecimento da Grande Vitória. Funcionaria também como um teste, basicamente, da metodologia, onde as possíveis distorções seriam levadas em consideração quando se estendesse o trabalho para as demais áreas.

2.2.1. ROTEIRO DAS FASES DE ELABORAÇÃO

O que se apresenta a seguir são as principais fases concernentes à operacionalização do esboço metodológico evidenciado anteriormente.

Assim sendo, tem-se:

- a) coleta e sistematização de informações e dados secundários

rios- essa atividade engloba duas etapas: uma eminentemente de escritório, no que tange à coleta de dados e informações propriamente ditas; e outra que envolve visitas a organismos sediados em Vitória (por exemplo, EMATER, EMCAPA, CEASA, SESA, SEDU, INCRA, etc.), onde serão contactados técnicos com reconhecida experiência de trabalho e conhecimento acerca da área e das pequenas produções a serem estudadas. Como produto dessa etapa de trabalho, ter-se-á um "PRÉ-DIAGNÓSTICO" da situação objeto de estudo. Este pré-diagnóstico seria um documento de trabalho sintético, com o objetivo de fornecer subsídios básicos às subequipes que se deslocariam ao campo, tendo-se com isto uma visão homogênea de toda a área, possibilitando o melhor desempenho por ocasião da viagem-pesquisa";

- b) preparação das viagens - consiste na elaboração de roteiros e/ou questionários a serem aplicados junto às instituições representativas de cada município componente da área a ser estudada;
- c) "viagem-pesquisa" à área a ser estudada com a finalidade de complementar alguns dados e informações não obtidas nas fontes inicialmente consultadas, bem como auscultar os principais órgãos representativos e/ou grupos já organizados e atuantes, como: associações de produtores, sindicatos, cooperativas, etc. Esta "viagem-pesquisa", espera-se, possa reavaliar o pré-diagnóstico, além de identificar os principais problemas emergentes nas áreas;
- d) Elaboração do diagnóstico mínimo - este é o produto de todo o trabalho desenvolvido até aqui. Como o próprio nome indica, será um levantamento sintético e básico da realidade das áreas de pequena produção estudadas. Este documento registrará a efetiva participação de toda a comunidade envolvida com a problemática estudada e por isso,

pretende-se que sirva de base para quaisquer futuras intervenções;

- e) Plano Indicativo de Intervenção Integrada - função da realidade estudada em cada área, esses planos apontarão prioridades emergentes, sugerindo um processo de intervenção integrada, isto é, ações de vários órgãos (por vezes vinculados a diferentes Secretarias de Estado) conjugando esforços na solução de problemas (a nível de atividades produtivas, das condições de vida, da infra-estrutura de apoio), com reflexos positivos no desempenho econômico-social não só da área, mas também da região.

3.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS DE TRABALHO

3.1. CUSTOS PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO DA ÁREA DE PEQUENA PRODUÇÃO OLERÍCOLA

A elaboração do Diagnóstico Mínimo e, posteriormente, do Plano Indicativo para a área em questão, foi pensada a partir da liberação de uma equipe mista de trabalho (Instituto Jones dos Santos Neves e Instituto de Coordenação Estadual de Planejamento Agrícola-ICEPA) constituída de 12 pessoas (9 técnicos e 3 estagiários).

Suas atividades seriam desenvolvidas em 14 semanas (3 meses e meio), conforme mostra o "cronograma físico".

Para o levantamento dos custos do convênio, trabalhou-se com valores expressos em ORTN's (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), tendo em vista a grande velocidade de desvalorização da moeda, além de não se ter clara a época da assinatura do mesmo.

O custo total está orçado em 3.908,20 ORTN's, ou seja, Cr\$ 19.400.000,00 (dezenove milhões e quatrocentos mil cruzeiros), em valores correntes de agosto de 1983.

Conforme mostra o quadro 01, o item "PESSOAL" representa aproximadamente 88% do total dos recursos; "GASTOS COM VIAGEM", aproximadamente 3% e "OUTROS CUSTOS", 9%.

QUADRO 1.- DESPESAS PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO
E PLANO INDICATIVO PARA A ÁREA DE PEQUENA PRO
DUÇÃO OLERÍCOLA

(em ORTN)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
<u>PESSOAL</u>	<u>3.436,80</u>
. CLT	3.112,54
. Prestação de Serviços	173,25
. Estagiárias	141,01
<u>GASTOS COM VIAGENS</u>	<u>120,19</u>
. Diárias	107,98
. Combustível	12,21
<u>OUTROS CUSTOS</u>	<u>351,21</u>
. Material de Consumo	69,18
. Xerox	76,55
. Heliográficas	44,32
. Outros Serviços e Encargos	161,16
<u>TOTAL</u>	<u>3.908,20</u>

Cada entidade participante do convênio arcará com volumes diferenciados de recursos, conforme indica o quadro 02, cujo montante será liberado em três parcelas iguais, obedecendo aos percentuais relativos a cada uma (80,10 e 10%).

3.2.- CRONOGRAMA FÍSICO

O quadro 03 detalha o desenvolvimento das atividades, sendo que o primeiro resultado ("Diagnóstico Mínimo") será entregue no final da décima semana e o segundo ("Plano Indicativo") no final da décima quarta semana.

QUADRO 02.- QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO E PLANO INDICATIVO PARA A ÁREA DE PEQUENA PRODUÇÃO OLERÍCOLA (em ORTN)

FONTE	NA ASSINATURA DO CONVÊNIO	NA ENTREGA DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO (após 10 semanas)	NA ENTREGA DO PLANO INDICATIVO (após 14 semanas)	TOTAL (%)
GERES	1.042,18	1.042,18	1.042,18	3.126,56 80
IJSN	130,27	130,27	130,27	390,82 10
ICEPA	130,27	130,27	130,27	390,82 10
TOTAL	1.302,73	1.302,73	1.302,73	3.908,20 100

QUADRO 03.- CRONOGRAMA FÍSICO

DISCRIMINAÇÃO	SEMANAS													
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.	8a.	9a.	10a.	11a.	12a.	13a.	14a.
1. Coleta e sistematização de informações secundárias; visitas a órgãos e em presas(1) e elaboração do <u>Pré-Diag nóstico</u> (2)														
2. Preparação das viagens (3)														
3. Viagem - pesquisa (4)														
4. Elaboração do Diagnóstico Mínimo (5)														
5. Elaboração do <u>Plano Indicativo de Inter venção Integrada</u> para a área oléícola (6)														

(1) Atividade a ser realizada em Vitória, ex: EMATER, EMCAPA, CEASA, SESA, SEDU, etc.

(2) Documento de trabalho, sintético, com o objetivo de dar subsídios básicos às subequipes, em vista do melhor desem penho possível na realização da pesquisa de campo.

(3) Consiste na elaboração de roteiros e/ou questionários a serem aplicados junto às instituições representativas de cada município; num segundo momento, de posse dos referidos roteiros, técnicos visitarão todos os municípios envolvidos, contactando os órgãos e entidades.

(4) Com o objetivo de se levantar informações (sobre a realidade estudada) junto aos escritórios locais da EMATER; aos sindicatos rurais e dos trabalhadores; às cooperativas e associações de produtores; às prefeituras; à Igreja; etc.

(5) Como o próprio nome indica, consistirá num levantamento básico da realidade dos municípios envolvidos, apenas com o fim de intervenção.

(6) O "Plano" apontará para as prioridades mais emergentes, sugerindo um processo de intervenção na perspectiva de se integrar a ação das várias Secretarias de Estado e órgãos sobre as facetas diferenciadas da ampla realidade agrí cola estudada.

3.3. CUSTOS E CRONOGRAMAS FÍSICOS
DAS DEMAIS ÁREAS DE PEQUENA
PRODUÇÃO

ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE MANDIOCA (NORTE)

EQUIPE DE TRABALHO: 2 técnicos e 2 estagiários

QUADRO 04.- DESPESAS PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO
E PLANO INDICATIVO PARA A ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE MANDIOCA (NORTE) (em ORTN)

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>VALOR</u>
<u>PESSOAL</u>	<u>1.039,50</u>
. CLT	604,36
. Prestação de Serviços	253,84
. Estagiário	181,30
<u>GASTOS COM VIAGENS</u>	<u>33,20</u>
. Diárias	26,60
. Combustível	6,60
<u>OUTROS CUSTOS</u>	<u>193,80</u>
. Material de Consumo	54,35
. Xerox	61,03
. Heliográficas	34,10
. Outros Serviços e Encargos	44,32
<u>TOTAL</u>	<u>1.266,50</u>

ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE PIMENTA-DO-REINO

EQUIPE DE TRABALHO: 2 técnicos e 1 estagiário

QUADRO 07 - DESPESAS PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO E PLANO INDICATIVO PARA A ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE PIMENTA-DO-REINO

(em ORTN)	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
<u>PESSOAL</u>	<u>949,00</u>
. CLT	604,36
. Prestação de Serviços	253,84
. Estagiário	90,80
<u>GASTOS COM VIAGENS</u>	<u>20,00</u>
. Diárias	12,35
. Combustível	7,65
<u>OUTROS CUSTOS</u>	<u>167,00</u>
. Material de Consumo	54,35
. Xerox	61,21
. Heliográficas	34,12
. Outros Serviços e Encargos	17,32
T O T A L	1.136,00

QUADRO 08 .- QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO E PLANO INDICATIVO PARA A ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE PIMENTA-DO-REINO

(em ORTN)

FONTE	NA ASSINATURA DO CONVÊNIO	NA ENTREGA DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO (após 8 semanas)	NA ENTREGA DO PLANO INDICATIVO (após 11 semanas)	TOTAL	(%)
GERES	303,00	303,00	303,00	908,80	80
IJSN	37,83	37,83	37,83	113,60	10
ICEPA	37,83	37,83	37,83	113,60	10
TOTAL	378,66	378,66	378,66	1.136,00	100



QUADRO 09 .- CRONOGRAMA FÍSICO

DISCRIMINAÇÃO	SEMANAS											
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.	8a.	9a.	10a.	11a.	
1. Coleta e sistematização de informações secundárias, visitas a órgãos e empresas e elaboração do <u>Pré-Diagnóstico</u>												
2. Preparação das viagens												
3. Viagem-pesquisa												
4. Elaboração do <u>Diagnóstico Mínimo</u>												
5. Elaboração do Plano Indicativo de <u>Intervenção Integrada</u>												

ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE BANANA

EQUIPE DE TRABALHO: 04 Técnicos e 02 Estagiários

QUADRO 10.- DESPESAS PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO E PLANO INDICATIVO PARA A ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE BANANA

(em ORTN)

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>VALOR</u>
<u>PESSOAL</u>	<u>1.655,05</u>
. CLT	1.387,80
. Prestação de Serviços	173,25
. Estagiário	94,00
<u>GASTOS COM VIAGENS</u>	<u>47,86</u>
. Diárias	43,43
. Combustível	4,43
<u>OUTROS CUSTOS</u>	<u>213,77</u>
. Material de Consumo	54,35
. Xerox	60,14
. Heliográficas	34,82
. Outros Serviços e Encargos	64,46
<u>TOTAL</u>	<u>1.916,68</u>

QUADRO 11 .- QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO E PLANO INDICATIVO PARA A ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE BANANA

(em ORTN)

FONTE	NA ASSINATURA DO CONVÊNIO	NA ENTREGA DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO (após 8 semanas)	NA ENTREGA DO PLANO INDICATIVO (após 11 semanas)	TOTAL	(%)
GERES	511,11	511,11	511,11	1.533,34	80
IJSN	63,89	63,89	63,89	191,67	10
ICEPA	63,89	63,89	63,89	191,67	10
TOTAL	638,89	638,89	638,89	1.916,68	100

QUADRO 12.- CRONOGRAMA FÍSICO

	SEMANAS											
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.	8a.	9a.	10a.	11a.	
1. Coleta e sistematização de informações secundárias, visitas a órgãos e empresas e elaboração do <u>Pré-Diagnóstico</u>												
2. Preparação das viagens												
3. Viagem-pesquisa												
4. Elaboração do <u>Diagnóstico Mínimo</u>												
5. Elaboração do Plano Indicativo de <u>Intervenção Integrada</u>												

ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE MANDIOCA (SUL)

EQUIPE DE TRABALHO: 2 técnicos e 1 estagiário

QUADRO 13 - DESPESAS PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO E PLANO INDICATIVO PARA A ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE MANDIOCA (SUL)

(em ORTN)	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
<u>PESSOAL</u>	<u>949,00</u>
. CLT	604,36
. Prestação de Serviços	253,84
. Estagiário	90,80
<u>GASTOS COM VIAGENS</u>	<u>30,80</u>
. Diárias	23,72
. Combustível	7,08
<u>OUTROS CUSTOS</u>	<u>186,00</u>
. Material de Consumo	54,35
. Xerox	61,21
. Heliográficas	34,12
. Outros Serviços e Encargos	36,32
T O T A L	1:165,80

QUADRO 14 .- QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO E PLANO INDICATIVO PARA A ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO DE MANDIOCA(SUL)

(em ORTN)

FONTE	NA ASSINATURA DO CONVÊNIO	NA ENTREGA DO DIAGNÓSTICO MÍNIMO (após 8 semanas)	NA ENTREGA DO PLANO INDICATIVO (após 11 semanas)	TOTAL	(%)
GERES	310,88	310,88	310,88	932,64	80
IJSN	38,86	38,86	38,86	116,58	10
ICEPA	38,86	38,86	38,86	116,58	10
TOTAL	388,60	388,60	388,60	1.165,80	100

QUADRO 15 .- CRONOGRAMA FÍSICO

DISCRIMINAÇÃO	SEMANAS											
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.	8a.	9a.	10a.	11a.	
1.Coleta e sistematização de informações secundárias, visitas a órgãos e empresas e elaboração do <u>Pré-Diagnóstico</u>												
2.Preparação das viagens												
3.Viagem-pesquisa												
4.Elaboração do <u>Diagnóstico Mínimo</u>												
5.Elaboração do Plano Indicativo de Intervenção Integrada												



4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação deste Convênio pressupõe, portanto, a elaboração dos Diagnósticos Mínimos e Planos Indicativos para as cinco áreas de pequena produção em destaque, sendo que o primeiro trabalho será elaborado para a área da pequena produção oleícola, pelo fato de ser considerada prioritária.

A seguir, o Quadro 16. resume a proposta, indicando o total de recursos humanos, financeiros e tempo necessários ao desenvolvimento do trabalho.

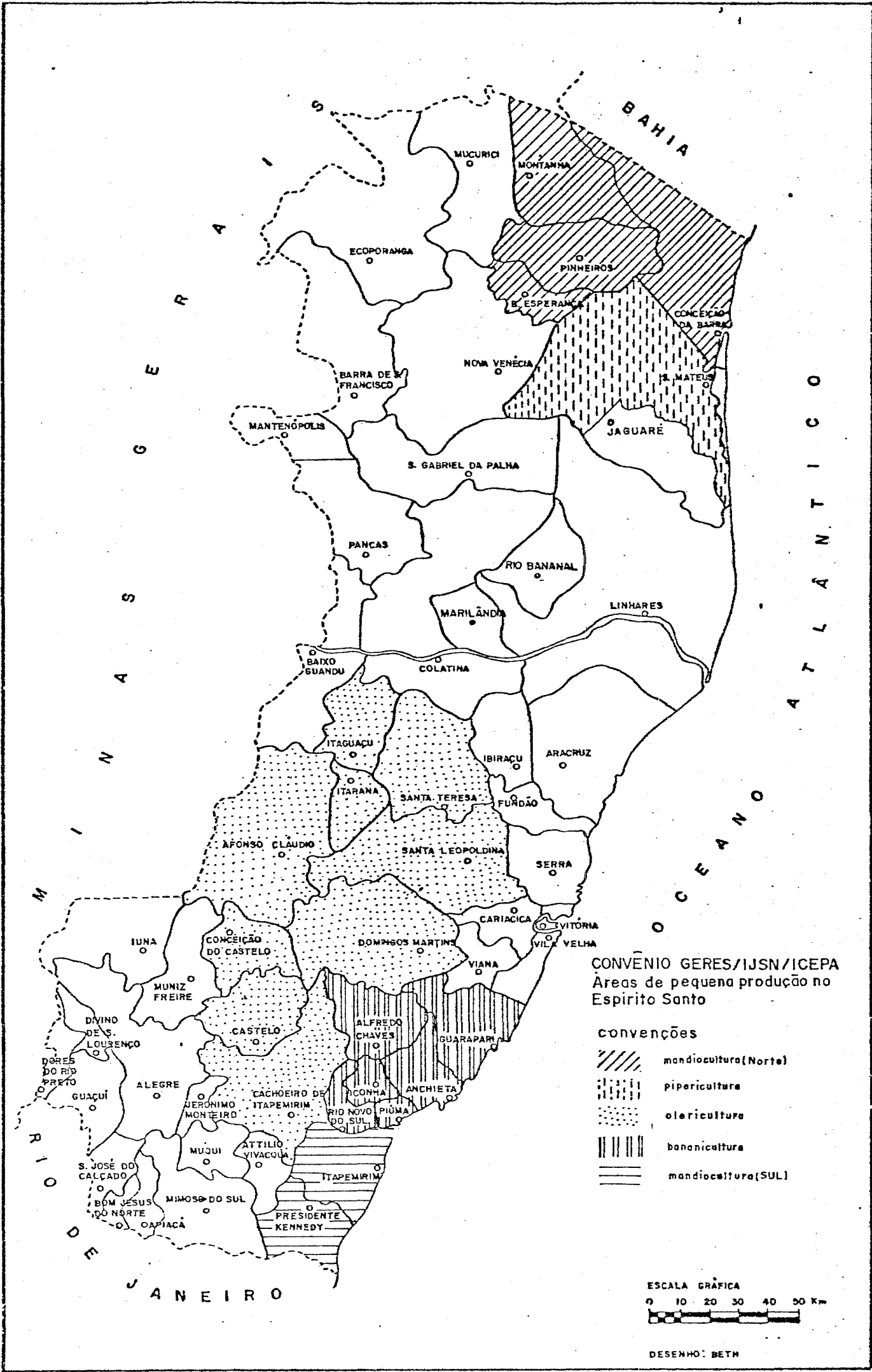
QUADRO 16.- RESUMO DA PROPOSIÇÃO

ÁREA DA PEQUENA PRODUÇÃO	Nº DE TÉCNICOS	Nº DE ESTAGIÁRIOS	Nº DE SEMANAS	VALOR (ORTN)
1. Olerícola	09	03	14	3.908,20
2. Mandioca (Norte)	02	02	11	1.266,50
3. Pimenta-do-Reino	02	01	11	1.136,00
4. Banana	04	02	11	1.916,68
5. Mandioca (Sul)	02	01	11	1.165,80
TOTAL GERAL	19	09	58	9.393,18






Portanto, o estudo dessas pequenas produções, na sua totalidade, será desenvolvido em 58 semanas (aproximadamente 14 meses e meio), envolvendo, durante o período, o trabalho proporcionado por 19 (dezenove) técnicos e 09 (nove) estagiários, a um custo total de 9.393,18 ORTN's, ou seja, CR\$46.626.900,00 (quarenta e seis milhões seiscentos e vinte e seis mil e novecentos cruzeiros) a preços correntes de agosto de 1983.

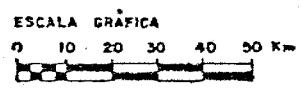
O mapa em anexo indica a localização das várias áreas contempladas pelo Convênio, quais sejam:

1. Olericultura - municípios de Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Domingos Martins, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Castelo e Cachoeiro de Itapemirim (neste último incluído o distrito de Vargem Alta);
2. Mandiocultura (Norte) - municípios de Montanha, Pinheiros, Boa Esperança, Conceição da Barra e São Mateus;
3. Pipericultura - município de São Mateus;
4. Bananicultura - municípios de Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul, Piúma, Anchieta e Guarapari;
5. Mandiocultura (Sul) - municípios de Itapemirim e Presidente Kennedy.



CONVÊNIO GERES/IJSN/ICEPA
 Áreas de pequena produção no
 Espírito Santo

- convenções
-  mandiocultura (Norte)
 -  pipericultura
 -  olericultura
 -  bananicultura
 -  mandiocultura (SUL)



DESENHO: BETH

